



O IMPLÍCITO E O EXPLÍCITO NO DISCURSO DE UM VIAJANTE ESPANHOL NO SÉCULO XXI



THE IMPLICIT AND EXPLICIT IN THE SPEECH OF A SPANISH TRAVELER IN THE XXI CENTURY

Ruan Fellipe MUNHOZ
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 08/07/2019 • APROVADO EM 18/11/2019

Resumo

O presente artigo expõe uma leitura do relato *Viaje al outro Brasil: Del Mato Grosso a la Amazonia y al Nordeste Atlántico*, publicado pelo escritor-viajante espanhol Javier Nart, em 2002. Centralizamos nossa análise na proposta apresentada pelo narrador de desconstruir a visão de Paraíso Terrenal comumente ligada à região amazônica. Para tanto, abordaremos o conceito de viagem defendido por Ianni (2003) e a consequente transmissão das informações nos relatos de viagens, gênero definido por Carrizo Rueda (2008). Em seguida, utilizamos a teoria de Belsey (1982) para mostrar que tudo o que se transmite é representação e não a realidade objetiva e concreta. Por fim, nos dedicaremos à análise do texto literário em questão para comprovar que o narrador em primeira pessoa desenvolve o seu ponto de vista sobre a paisagem e os problemas socioambientais presentes no espaço visitado a partir de descrições que não são ingênuas, mas construídas por fatores da sua subjetividade e de sua posição ideológica sobre as especificidades do local, posição que nos faz indagar os motivos que o levaram a construir determinado discurso e os seus interesses com essa ação.

This article presents a reading of the report *Viaje al otro Brasil: Del Mato Grosso a la Amazonia and el Nordeste Atlántico*, published by the Spanish traveler-writer Javier Nart in 2002. We centralized our analysis on the proposal presented by the narrator to deconstruct the vision of Terrestrial Paradise commonly linked to the Amazon region. In order to do so, we will approach the concept of travel defended by Ianni (2003) and the consequent transmission of information in travel reports, a genre defined by Carrizo Rueda (2008). Subsequently, we use Belsey's (1982) theory to show that all that is transmitted is representation and not objective and concrete reality. Finally, we will focus on the analysis of the literary text in question to prove that the first-person narrator develops his point of view on the landscape and the socio-environmental problems present in the space visited from descriptions that are not naïve, but constructed by factors of his subjectivity and his ideological position on the specificities of the place, a position that makes us to inquire the reasons that led him to build a certain discourse and his interests with this action.

Entradas para indexação

PALAVRAS-CHAVE: Relato de viagens. Paisagem amazônica. Discurso ideológico.

KEYWORDS: Travel report. Amazon landscape. Ideological discourse.

Texto integral

A obra *Viaje al otro Brasil: Del Mato Grosso a la Amazonia y al Nordeste Atlántico*, relato das viagens produzido por Javier Nart, publicado em 2002, pela *Punto de Lectura*, editora especializada em livros de bolso. O autor, além de escritor e viajante, é advogado, fotógrafo, antigo correspondente de guerra, político e, mais especificamente nesta obra, apresenta uma narrativa a partir do seu deslocamento por parte do centro-oeste, norte e nordeste brasileiro.

O trajeto é marcado pela descrição do espaço e tudo o que nele se insere. Mesmo empenhando-se para entender que o Brasil é um país de contrastes, Nart não consegue concretizar na sua narrativa a ideia de que não se pode falar de um Brasil no singular, porque nele reina a diversidade de raças, culturas, crenças e desafios sociais. Fica evidente a reprodução de estereótipos construídos, historicamente, e consagrados pela mídia nacional e estrangeira. A objetificação da paisagem, da mulher e de todos os seres que povoam o território brasileiro é o que merece destaque na narração do homem-europeu-colonizador.

Nesse sentido, as imagens oferecidas pelo narrador indicam uma paisagem admirável e passiva. A função é atender as suas necessidades pessoais e, por esse motivo, não consegue fugir do senso comum, da descrição superficial e apresenta uma visão que não retrata a pluralidade brasileira e nem as necessidades reais da população. Isso mostra que não basta viajar e fazer uso de um olhar privilegiado para produzir um relato consistente e verossímil; é necessário um olhar atento, crítico e paciente para compreender as especificidades do local visitado.

É importante destacar que o texto literário parte da realidade, mas passa pelo filtro das visões artística e ideológica do escritor. Sendo assim, o leitor deve

conhecer esses elementos e produzir o seu próprio significado, a partir da sua experiência e selecionando dentro da sua bagagem teórica elementos interdisciplinares que promovam a construção do conhecimento.

Dentro desse contexto, dividiremos o artigo em três partes que se complementam. Primeiramente, abordaremos os conceitos de viagem e de relato de viagens, ressaltando a construção do discurso pelo narrador em primeira pessoa. Para tanto, utilizaremos as ideias críticas de Sofía M. Carrizo Rueda (2008), como principal fundamentação teórica para a discussão da temática em pauta, nessa primeira sessão. Em seguida, serão enfatizadas as questões de ideologia e subjetividade, elementos pertencentes à recepção do texto literário e sua consequente crítica, componentes indissociáveis e necessários para uma visão mais ampla da obra literária e uma crítica mais adequada. Esses conceitos serão trabalhados a partir de *A prática crítica*, obra publicada em 1982, por Catherine Belsey.

Por fim, será apresentada a descrição da paisagem produzida pelo viajante que objetiva desconstruir a imagem da Amazônia como Paraíso Terreal, considerando a crítica dos ecologistas que, segundo ele, se opõem ao processo natural de desenvolvimento do Brasil e dos brasileiros. Para tanto, o nosso aporte teórico, fundamentalmente, será a obra *Visão do Paraíso*, de Sérgio Buarque de Holanda.

1 A viagem e seu relato

O termo “viagem” é comumente utilizado para descrever o deslocamento espaço-temporal que um indivíduo promove em determinado momento da vida, seja em um contexto turístico, de trabalho, artístico ou seja motivado por uma infração penal. O seu conceito, porém, é mais amplo do que o apresentado anteriormente. Ianni (2003) ressalta os sentidos metafóricos para esse termo utilizado nas ciências sociais e humanas, dando ênfase ao caráter transgressor desse ato que, literal ou metaforicamente, destina-se a ultrapassar fronteiras, seja recriando-as ou dissolvendo-as. Explica Ianni que

Sem sair do lugar, pode-se viajar longe, no tempo e no espaço, na memória e na história, no pretérito e no futuro, na realidade e na utopia. E são muitos os que mergulham em si mesmos, como em uma travessia sem fim, podendo ser tranqüila ou alucinada, deslumbrante ou desesperada. (IANNI, 2003, p. 29).

Independentemente da viagem e dos objetivos do viajante, é importante ressaltar que esse ato só é válido quando proporciona a transmissão das experiências por meio da narração oral ou escrita. Na história da humanidade, o relato de viagens constitui uma prática que atravessou os séculos e, por meio dele, é possível apresentar as percepções e as desordens do mundo. Diferentes povos buscaram, e ainda hoje buscam, representar, por meio de palavras, as suas aventuras por lugares desconhecidos, as peripécias dos colonizadores, o exílio, a

busca por um espaço de sonho, a fuga para os problemas e demais conhecimentos adquiridos em contato com o *outro*.

A narração escrita das experiências adquiridas nas viagens é natural e pode acontecer de duas formas, diferenciando-se pelo seu nível de ficcionalidade. Carrizo Rueda (2008) indica que o relato de viagens é o texto em que se apresentam as memórias e as informações sobre as experiências vividas a partir das viagens, exemplificado com os textos de Marco Polo, Pigafetta y Darwin. Por outro lado, a expressão literatura de viagens faz referência às obras com maior nível ficcional, que apresentam em sua trama um itinerário a que se subordinam os personagens, citando as obras canônicas de Homero, Virgílio e Jonathan Swift (CARRIZO RUEDA, 2008, p. 10).

Tomando como foco o relato de viagens propriamente dito, a autora ressalta ainda o caráter híbrido desse gênero e a impossibilidade de separar o documental dos recursos atribuídos à literariedade. Por muito tempo, esses textos foram material destinado somente aos historiadores, sociólogos e antropólogos, sendo relegados à margem pela crítica literária, justamente por suas características fronteiriças entre a ficção e o documental. Há, portanto, dificuldade de reconhecer imediatamente e classificar os textos dessa categoria, tendo em vista que tudo o que é observado passa pelo crivo da pessoa que observa, tudo o que é transmitido é representação e não uma realidade objetiva e concreta.

Os narradores de obras literárias recorrem às suas experiências pessoais para produzir o seu texto. O narrador de viagens apresenta de forma muito expressiva um caráter mediador ao utilizar-se de suas vivências para transmitir uma mensagem, uma visão da terra visitada e uma interpretação do que foi observado. Dessa forma, é construída uma ponte que aproxima o narrador do seu leitor, ou, melhor, o indivíduo que percorre determinado espaço e vive suas especificidades e o indivíduo que acompanha e se insere nessas viagens através da leitura.

A autora esclarece que “O receptor confronta a leitura do texto com o seu próprio contexto e pode encontrar respostas, ideias novas, elementos revulsivos, confirmações de uma postura já tomada, etc, etc.¹” (CARRIZO RUEDA, 2008, p. 27, tradução nossa), tudo isso faz com que as expectativas, as preocupações, os questionamentos, os elementos imaginários, as inquietudes, os temores levantados pelos leitores sejam atendidos.

Nesse sentido, Carrizo Rueda (2008) destaca, ainda, que um escritor-viajante não necessita dominar técnicas de escrita criativa e conhecer as teorias do discurso. Sua função é tão somente selecionar elementos para a construção de um discurso que vise atingir essa expectativa e fascinar o interlocutor. Para isso, o relato precisa, necessariamente, apresentar uma descrição rica em adjetivos, buscando, ao mesmo tempo, informar e aproximar o leitor do lugar visitado. A trama deve estar subordinada às descrições para produzir verossimilhança e revelar uma imagem do espaço, possibilitando o pacto comunicativo entre o emissor e o receptor.

Desde a Idade Média até o século XX, as pessoas esperavam que os viajantes apresentassem uma narrativa que refletisse uma realidade objetiva, permitindo a utilização dos textos como documentos históricos e sociológicos. Ao percorrer a

história da crítica literária, Catherine Belsey discorre sobre o conceito de senso comum, ao qual recorreremos nesse momento.

O senso comum pressupõe que os textos literários válidos, que de um modo especial merecem ser lidos, constam verdades – acerca da época que lhes deu origem, do mundo em geral ou da natureza humana – e que, ao fazê-lo, exprimem as percepções particulares e o mundo interior individual dos seus autores. (BELSEY, 1982, p. 12).

Depreende-se que não se pressupõe a prática baseada em posições teóricas, mas uma forma óbvia e natural de abordar as obras literárias, esquecendo-se de que todos os dados produzidos por um emissor são, socialmente, construídos. Dessa forma, o discurso produzido por um indivíduo não é transparente, porque transmite elementos com um determinado objetivo, algo consciente, uma ideologia.

Belsey explica que emprega uma definição de ideologia derivada de Althusser, assumindo a prática ideológica como algo adotado pelos indivíduos de forma inconsciente, construída a partir das próprias experiências e da sua relação com o mundo. Dessa forma, a ideologia não é uma criação imaginária como pode parecer, mas um sistema de representações formado por imagens, discursos, mitos que formatam a sociedade e governa a existência do indivíduo que nela se insere.

O que é verdade não é no entanto toda a verdade. A ideologia obscurece as condições reais de existência, apresentando verdades parciais. É uma série de omissões, com mais lacunas do que mentiras, atenuando as contradições, parecendo fornecer respostas a perguntas que na realidade ilude e disfarçando-se de coerência, no interesse das relações sociais geradas por e necessárias à reprodução do modo de produção existente. (BELSEY, 1982, p. 65).

O objetivo de todo discurso ideológico é atingir o sujeito. Isso acontece com o auxílio das instituições que conservam e reproduzem essa prática para a sociedade. Belsey baseia-se em Louis Althusser que “inclui a literatura no aparelho ideológico que contribui para o processo de reprodução das relações de produção, as relações sociais que são a condição necessária para a existência e perpetuação do modo de produção capitalista” (BELSEY, 1982, p. 63). Sendo assim, é certo afirmar que a literatura, como um dos empregos mais persuasivos da língua, detém grande poder sobre as pessoas, como elas se veem e como se apresentam em determinada sociedade.

É a língua que proporciona a subjetividade ao permitir a comunicação. Em outras palavras, não existe acesso à realidade imediata, até mesmo a subjetividade é construída linguisticamente. A partir dessa afirmação, podemos pensar que a prática de significação segue modelos instituídos socialmente, determinados pela produção na língua, e, dessa forma, os conceitos são variáveis e contingentes.

A língua é um sistema anterior ao indivíduo e no qual o indivíduo produz significados. Ao aprender a sua língua nativa, a criança aprende uma série de conceitos diferenciais que identificam não entidades estabelecidas mas significados socialmente construídos. (BELSEY, 1982, p. 52).

É na língua que a ideologia é inscrita e também nela pode-se contestá-la. A língua é um fato social e os significados variam de um discurso para o outro, dependendo do interlocutor. Os significados são múltiplos e o receptor encontra-os em uma ou mais leituras possíveis.

O sujeito é construído na língua e no discurso e, uma vez que a ordem simbólica no seu uso discurso está intimamente relacionada com a ideologia, na ideologia. É nesse sentido que a ideologia tem o efeito, como afirma Althusser, de constituir indivíduos como sujeitos e, também nesse sentido, que a subjetividade desses surge como evidente. (BELSEY, 1982, p. 68).

Por conseguinte, entendemos que a sociedade não existe sem ideologia, por se tratar de uma prática natural, parte das ações sociais, mas, possível de desconstruir o discurso predominante, uma ideologia específica para produzir novos discursos que busquem maior coerência ao atingir o público. Nesse contexto, o receptor é convidado a fazer um pacto com o emissor para centralizar suas energias na busca por uma “verdade” do texto, uma interpretação pessoal que seja coerente para si, já que o significado nunca é fixo ao texto, ele sempre será uma construção.

Importante destacar que a obra literária não pode fazer do leitor um consumidor passivo, ele deve ser visto como um produtor de texto, pelo fato de, como já foi discutido neste trabalho, inferir significado dentro desse contato com a língua na literatura. Não estamos dizendo que os livros não sejam mercadoria, mas defendemos a ideia de que se deva buscar a produção de um conhecimento real a partir do que se lê, compartilhando a ideia de Belsey que “os significados circulam entre o texto, a ideologia e o leitor e a tarefa da crítica é libertar possíveis sentidos” (BELSEY, 1982, p. 146).

Essa *Prática Crítica* apresentada e defendida por Belsey não pode se limitar ao campo da crítica literária, necessita expandir-se para outras áreas do conhecimento. Essa leitura nos conduz a um novo conceito de ideologia, de subjetividade e até mesmo de literatura. Uma crítica que atenda às necessidades de um público inserido em uma sociedade que se atualiza. “O fato de a nova prática crítica não constituir um sistema fechado e estanque é a origem da sua vitalidade” (BELSEY, 1982, p. 148).

2 Viagens à Amazônia e os discursos acerca do espaço

O livro *Viaje al outro Brasil* tem início entre o suor e o medo do viajante, que se encontra suspenso a setenta e quatro metros de altura sobre o imenso abismo Anhumas, localizado no município de Bonito, Mato Grosso do Sul. Nesse espaço, o turista espanhol inicia a sua caminhada de quarenta dias, juntamente com a sua filha Laia, até a famosa ilha de Fernando de Noronha.

No capítulo 14, Nart apresenta uma posição sobre a selva amazônica e a teoria creditada por ele aos ecologistas. A ideia defendida é que essa teoria, descrita como simplista, míope e absurda, se apresenta sob o discurso protecionista, objetivando garantir os privilégios dos países desenvolvidos. O narrador busca, então, desconstruir esses discursos que, segundo ele, se opõem ao bem estar da população ao inserir obstáculos no processo natural de desenvolvimento do país.

Segundo dados apresentados na obra, a Amazônia possui vinte e três por cento das espécies vivas do planeta e seres humanos plenamente integrados à natureza, longe de qualquer maldade, vivendo em um território ideal e cercado de pessoas que beiram a perfeição. Além disso, o espaço é apresentado pelas suas riquezas naturais.

A Amazônia é uma reserva de minerais, de gás, de petróleo em quantidades desconhecidas. Uma riqueza ao alcance das mãos que é preciso administrar com extrema prudência para não destruir irremissivelmente o frágil ecossistema em que se encontra². (NART, 2002, p. 271, tradução nossa).

Com esse perfil percebemos que os aspectos naturais da Amazônia são exaltados pelo viajante-escritor, enfatizando a importância da preservação ambiental, pois tanto acima da terra como debaixo dela são encontrados importantes produtos comercializáveis e a sua exploração pode ser extremamente destruidora, tendo em vista a fragilidade do ecossistema amazônico. Importante ressaltar que esses atos destrutivos contra a floresta ocorrem mesmo com as (escassas) ações governamentais para a sua preservação.

Utilizando de forma genérica o termo Amazonas para se referir à floresta, Nart enfatiza a grande extensão do espaço verde e as divisões promovidas para manter a mínima ordem no lugar, dando a entender, nesse momento, que o espaço atende todas as necessidades da população.

Em princípio, o Amazonas é o paraíso dos ecologistas, com quase cinquenta áreas de conservação entre parques nacionais, reservas biológicas, reservas florestais, bosques nacionais, reservas biológicas, reservas comunitárias, bosques estatais de reserva sustentável, reservas indígenas, sítios ecológicos e reservas extrativas³. (NART, 2002, p. 272, tradução nossa).

Pela descrição apresentada do espaço e dos seres humanos que nele habitam fica evidente que o narrador faz referência ao Paraíso Terreal, aspecto importante nos relatos de viagens desde os primórdios. Sérgio Buarque de

Holanda destaca, logo nas primeiras linhas de *Visão do Paraíso*, que o gosto pela maravilha e pelo mistério, característica importante na qual se centralizam os viajantes e cronistas espanhóis na época das grandes navegações, ocupa espaço reduzido nos textos produzidos pelos portugueses na época. Reduzido não significa que essa característica não esteja presente nos escritos, elas só não surgem de forma exacerbada como nos textos hispânicos que apresentam viajantes maravilhados com o espaço que surge à frente dos olhos.

De qualquer forma, nesse primeiro momento do desembarque, estava criada no imaginário europeu uma paisagem edenizada: os olhos viam o que era conveniente, se escutava o que reforçava o mundo imaginário criado, anteriormente. Nesse contexto, a natureza era apresentada com todo seu esplendor, a beleza dos animais exóticos era ressaltada, o diferente clima chamava a atenção dos viajantes. A América era apresentada como um espaço paradisíaco e um lugar livre de todo pecado.

Essas descrições que levam a crer que o *Novo Mundo* é o próprio Paraíso Terreal, cuja ideia surgiu de textos anteriores, remontando às tradições ligadas ao cristianismo e à visão simbólica da natureza difundida, durante séculos, pelos padres da Igreja.

O ponto de partida para as 'visões' medievais do Paraíso encontra-se, naturalmente, no *Gênesis*, 2, 9-25 e 3, 1-24, onde se narra como o Senhor Deus, tendo criado o homem, em quem insuflou o fôlego da vida e o fez assim alma vivente, plantou para sua habitação um horto 'da banda do Oriente'. Ali espalhou, por toda a parte, plantas agradáveis à vista e boas para a comida: no meio destas achava-se a árvore da vida, cujos frutos dariam vida eterna, e a da ciência do bem e do mal, única expressamente defesa ao homem, sob pena de morte. (HOLANDA, 2010, p. 227).

A imagem idílica começa a ser desconstruída, logo após o castigo a que se viram sujeitos os primeiros habitantes do Éden. A harmonia em que todos os seres viventes estavam inseridos também se dissipou, em consequência do pecado cometido. O Jardim passa de lugar mágico para um espaço onde reina o medo, o espanto e o perigo. Fora dos portões do Paraíso e ao lado de toda beleza natural e dos seres perfeitos criados pelo Todo Poderoso, encontra-se a dor, o desespero, a mortalidade. Esses sentimentos opostos seguiram durante os séculos no imaginário europeu, fazendo com que se acreditasse, pautados nos registros bíblicos, na existência física desse mundo paradisíaco. Essa crença influenciará o pensamento da época e fará com que nasça a esperança de atingir em algum momento o tão sonhado espaço livre de pecado para responder aos desejos de redenção e de retratação com Deus.

Uma confusa esperança restava, porém, de que aquelas portas do Éden não estariam definitivamente fechadas, e de que o acesso aos jardins sagrados seria dado, porventura, a quem o buscasse com ânimo piedoso ou – quem sabe? – com assombrado brio. (HOLANDA, 2010, p. 238).

Em essência, esse espaço é inatingível aos seres humanos, afinal estaria perdido em um lugar muito distante, ainda desconhecido e só seria atingido através de grandes esforços, da extrema coragem e da piedade divina.

Essa psicose do maravilhoso não se impunha só à singeleza e credulidade da gente popular. A ideia de que do outro lado do Mar Oceano se acharia, se não o verdadeiro Paraíso Terreal, sem dúvida um símile em tudo digno dele, perseguia com pequenas diferenças, a todos os espíritos. A imagem daquele jardim fixada através dos tempos em formas rígidas, quase invariáveis, compêndio de concepções bíblicas e idealizações pagãs, não se podia separar da suspeita de que essa miragem devesse ganhar corpo num hemisfério ainda inexplorado, que os descobridores costumavam tingir da cor do sonho. E a suspeita conseguia impor-se até mesmo aos mais discretos e atilados, àqueles cujo espírito se formara no convívio assíduo com os autores da Antiguidade. (HOLANDA, 2010, p. 273).

Para os primeiros viajantes europeus, a América era um cenário miraculoso: espaço cheio de mistérios e de infinitas possibilidades. A exuberância da vegetação, a fertilidade da terra, o colorido das aves, a falta de pecado dos índios, ofereciam-lhes descrições que remetiam diretamente ao Éden. Segundo Holanda, é nesse contexto que a expressão *Novo Mundo*, criada por Anghiera, antes mesmo de Vesúcio, é utilizada pelos viajantes para designar as terras “descobertas”.

Novo. Não só porque, ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu, fora ‘novamente’ encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio a variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação. (HOLANDA, 2010, 307).

Todos esses aspectos continuam a aparecer nas descrições atuais dos viajantes. Ao viajar pela Amazônia, Nart continua exaltando os aspectos edenizantes da natureza e da população local, porém, contrariando essa postura inicial, ele conclui que a ideia de Paraíso “é pura teoria, um mito, letra morta⁴” (NART, 2002, p. 272, tradução nossa). Nesse momento, o narrador apresenta uma tentativa de desconstruir esse discurso hegemônico, que perpassa a história da América e, conseqüentemente, também do Brasil.

A Amazônia não é um paraíso antropológico, zoológico, botânico, que se clama e reclama desde a comodidade, segurança e bem-estar do mundo desenvolvido, três pilares gerados justamente pela ação do homem sobre o seu meio, da transformação radical dos rios, matas e espaços em que se criaram campos de lavoura,

desbravando, desmatando as florestas. Traçando rodovias que facilitaram as comunicações, o comércio, a cultura. Exportando recursos minerais. Transformando e fundindo povos⁵ (NART, 2002, p. 280, tradução nossa).

O espaço que inicialmente foi apresentado de suas riquezas naturais, agora é descrito pelos aspectos negativos promovidos pela ação humana. Porém, com esse jogo de contradições, o narrador aponta para os benefícios gerados pelo desmatamento e a transformação da floresta em espaço “produtivo”. Nessa perspectiva, a solução para os problemas sociais parece estar associada ao desflorestamento amazônico, no entanto, a transformação que esse ato produziria seria sentido apenas por uma pequena parcela da população que detém o poder político na região.

Seguindo a linha de raciocínio articulada às suas reais intenções, o narrador conclui que “O ecossistema amazônico não pode ser o jardim intocável que pretendem os ecologistas ocidentais⁶” (NART, 2002, p. 281, tradução nossa). Esse discurso e todos os dados apresentados pelo narrador são utilizados para descrever o cinismo de alguns países, com a intenção de regular o desenvolvimento amazônico e brasileiro e protestar os direitos do Brasil de garantir os elementos básicos para seu desenvolvimento, como, por exemplo, a criação de rodovias para escoamento da produção.

A hipocrisia dos países pertencentes ao chamado primeiro mundo é ressaltada pelo narrador, com ênfase aos Estados Unidos que, segundo Nart (2002), mantém a vanguarda nas modalidades ecológicas de proteção à natureza, apontando o ecocídio amazônico, todavia, é o maior produtor de gás carbônico do planeta. Conclui-se que há uma comodidade de garantia do próprio desenvolvimento e uma exigência de que a Amazônia mantenha-se intocada.

Ao apresentar os Estados Unidos como principal símbolo dos países ocidentais, pertencente ao chamado primeiro mundo, cabe ao Brasil a posição de inferioridade assegurada no Oriente. É necessário pensar na utilização desses conceitos para dividir o mundo em duas partes distintas e partir do pressuposto de que essa oposição se estabelece como uma forma de poder imperial, aplicada de forma determinista nos discursos correntes e difundidas pelas instituições de forma mecânica, desenvolvendo-se como norma para os seres envolvidos no processo. Em resumo, essa dualidade se estabelece como “um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 2007, p. 29).

Tudo o que foi registrado, ficou evidente que o objetivo de desconstruir a imagem cristalizada do Brasil, no imaginário europeu, como espaço paradisíaco não foi atingido. É comum a voz em primeira pessoa apresentar o seu ponto de vista sobre a paisagem e os problemas socioambientais contidos no espaço visitado. Entretanto, essas descrições não são ingênuas, mas construídas a partir de fatores da subjetividade do narrador, que seleciona informações no seu acervo pessoal para apresentar uma visão eurocêntrica e minimizadora dos problemas da terra visitada, presente nos discursos inflamados sobre os problemas enfrentados pelo país.

Definitivamente, as teorias atuais da descrição coincidem em que toda seleção descritiva depende de certas posturas do emissor, e que é imprescindível que a análise trate de se remontar a estas posturas para elaborar uma interpretação do texto em questão⁷. (CARRIZO RUEDA, 2008, p. 22, tradução nossa).

Nessa tentativa de desconstruir a ideia de Paraíso Terreal e da visão edênica da América, o que realmente se destaca é a ideologia empregada há mais de cinco séculos no Brasil: a inferioridade do colonizado em gerir suas riquezas e a superioridade do europeu-colonizador de destacar possíveis problemas e propor soluções. Nart não consegue se desvencilhar do discurso hegemônico ocidental e utiliza-se da sua posição privilegiada para reproduzir as imagens estereotipadas do Brasil.

Considerações finais

Há diferentes formas de se viajar por um determinado espaço, porém, todos os detalhes encontrados serão sempre analisados, partindo-se de um referencial pessoal, percebendo o que nos aproxima e o que nos distancia desse novo território. Em uma análise dos habitantes do espaço, bem como dos aspectos da natureza que o completam, cria-se uma imagem mais ampla e mais humana do lugar visitado. Independente da forma que se escolhe para conhecer o *outro*, essa imagem será formatada por aspectos extralinguísticos e comparativos, fazendo referência sempre, anteriormente, a algo já produzido.

Javier Nart (2002) não compreende que os valores e os discursos são convenções, mostra uma incompreensão na construção de sua imagem e extremismo na sua posição diante do que analisa. Ao tentar se afastar dos indivíduos que habitam os países de primeiro mundo, acaba aproximando-se mais. Nessa oposição entre o “eu” e o “outro”, duas figuras básicas da experiência da alteridade evidenciam o egocentrismo do narrador, que apresenta seus próprios valores como hegemônicos e manifesta a convicção de que o mundo é um e que todos devem servir aos mesmos deuses.

Sendo assim, gradativamente, vamos percebendo que o narrador passa do assimilacionismo (uma relação igualitária entre os seres) à ideologia escravagista, apresentando a inferioridade do Brasil e dos brasileiros na geração de suas riquezas. Dessa forma, o viajante não reconhece o “outro”, mas impõe-lhe seus próprios valores, advindos do modelo por ele criticado.

É inegável a contribuição oferecida pelos portugueses e pelos espanhóis nos seus relatos de viagens. Aspectos da fauna e da flora desconhecidos pelos europeus foram apresentados com uma precisão quase científica. Ao mesmo tempo em que informavam, esses textos criavam no imaginário europeu uma visão paradisíaca da colônia, a partir da rica descrição baseada no encantamento e na ilusão do viajante. Parece, então, prevalecer a descrição dissimulada desse cenário onde tudo era insólito e atrativo.

Concluimos que não é possível apresentar a pura realidade na literatura, afinal a ideologia permeia as relações sociais e na língua ela se materializa. É

necessário também entender que os significados são múltiplos e que variam de um discurso para o outro, dependendo das pessoas inseridas na comunicação. Certos que apresentamos neste artigo uma leitura coerente do relato de viagens. Consideramos os conceitos de ideologia e subjetividade, a partir de aspectos de diferentes áreas do conhecimento, resistindo, enfim, a posição autoritária do narrador-viajante-europeu-colonizador.

Notas

¹ El receptor confronta la lectura del texto con su propio contexto y puede encontrar respuestas, ideas nuevas, elementos revulsivos, confirmaciones de una postura ya tomada, etc, etc. (CARRIZO RUEDA, 2008, p. 27).

² La Amazonia es una reserva de minerales, de gas, de petróleo en cantidades descomunales. Una riqueza al alcance de la mano que es preciso gestionar con extrema prudencia para no golpear, destruir irremisiblemente el frágil ecosistema en el que se encuentra (NART, 2002, p. 271).

³ En principio, el Amazonas es el paraíso de los ecologistas, con casi cincuenta áreas de conservación entre parques nacionales, reservas biológicas, reservas forestales, bosques nacionales, reservas biológicas, reservas comunales, bosques estatales de reserva sustentable, reservas indígenas, estaciones ecológicas y reservas extractivas (NART, 2002, p. 272).

⁴ (...) es pura teoría, letra muerta” (NART, 2002, p. 272).

⁵ La Amazonia no es ese paraíso antropológico, zoológico, botánico, que se clama y reclama desde la comodidad, seguridad y bienestar del mundo desarrollado, tres pilares consecuencia justamente de la acción del hombre sobre su medio, de la transformación radical de ríos, bosques y costas en los que se crearon campos de labranza desbravando, desflorando, los bosques. Trazando carreteras que facilitaron las comunicaciones, el comercio, la cultura. Explotando recursos minerales. Transformando y fundiendo pueblos (NART, 2002, p. 280).

⁶ El ecosistema amazónico no puede ser el jardín intocable que pretenden los ecologistas occidentales. Una Amazonia contra sus habitantes (NART, 2002, p. 281).

⁷ En definitivo, las teorías actuales de la descripción coinciden en que toda selección descriptiva depende de ciertas posturas del emisor, y que es imprescindible que el análisis trate de remontarse a estas posturas para elaborar una interpretación del texto en cuestión (CARRIZO RUEDA, 2008, p. 22).

Referências

BELSEY, C. *A prática crítica*. Tradução: Ana Isabel Sobral Carvalho. Porto: Edições 70, 1982.

CARRIZO RUEDA, S. A. Construcción y recepción de fragmentos de mundo. In: CARRIZO RUEDA, S. A. (ed.) *Escrituras del viaje*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

HOLANDA, S. B. de. *Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IANNI, O. A metáfora da viagem. In: *Enigmas da modernidade-mundo*. 3. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NART, J. *Viaje al otro Brasil*. Del Mato Grosso a la Amazonia y al Nordeste Atlántico. Madrid: Punto de lectura, 2002. 366 p.

SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TODOROV, T. *A conquista da América*. A questão do outro. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TODOROV, T. El viaje y su relato. In: *Las morales de La historia*. Trad. Marta Beltrán Alcázar. Barcelona: Paidós, 1993.

Para citar este artigo

MUNHOZ, Ruan Fellipe. O implícito e o explícito no discurso de um viajante espanhol no século xxi. *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato*, v. 8, n. 2, p. 122-134, maio-ago. 2019.

O autor

Ruan Fellipe Munhoz é Doutorando em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Contato: ruan_munhoz@hotmail.com